

TERÇA-FEIRA – 02 DE ABRIL DE 2024 - ANO IV – EDIÇÃO Nº 30

Edição eletrônica disponível no site [www.chapadaforte.transparenciaoficialba.com.br](http://www.chapadaforte.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

# CONSÓRCIO DE CHAPADA FORTE PUBLICA:

- **DECISÃO ADMINISTRATIVO/TERMO DE NOTIFICAÇÃO/2024:** CONFECÇÃO DE CISTERNAS, PROGRAMA VINCULADO AO CONVÊNIO COM A UNIÃO FEDERAL DE Nº 01/2014.

**IMPrensa OFICIAL  
UMA GESTÃO LEGAL  
E TRANSPARENTE**

• Gestor(a): Wilson Paes Cardoso

• Praça Aureliano Gondim, Centro, Andaraí/Bahia



Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do  
Diamante da Chapada Diamantina - CIDCD - Chapada Forte

PROCESSO ADMINISTRATIVO INFRAÇÃO CONTRATUAL Nº 01/2024  
Contrato administrativo: Contrato n° 010/2019  
Objeto: Confecção de Cisternas, programa vinculado ao convênio com a União Federal de nº 01/2014  
Empresa Contratada: FEME- Associação Filhos do Mundo  
Fiscalização: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Circuito do Diamante da Chapada Diamantina

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

#### 1- DO RELATÓRIO

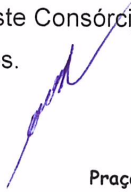
##### 1.1- Da instauração do Processo Administrativo

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO CIRCUITO DO DIAMANTE DA CHAPADA DIAMANTINA – CIDCD, CONSÓRCIO CHAPADA FORTE firmou os contratos de nº 010/2019 tendo como objeto a construção de cisternas decorrentes dos convênios 01/2014 em decorrência da Chamada Pública de Nº 001/2019, tendo como objeto a construção de 1.132 cisternas, conforme convênio 01/2014, com a União Federal. No referido contrato ficou estabelecido a conclusão do objeto até Abril/2023, todavia, devido a alguns reajustes, bem como condições climáticas, houve a prorrogação do referido prazo, mas mesmo assim a empresa contratada não cumpriu, em tempo, a totalidade do objeto.

Por conta disso foi instaurado o presente Processo Administrativo, tombado sob o nº 01/2024.

##### 1.2- Dos Fatos

A empresa Notificada vem desde o ano de 2020 descumprindo o contrato firmado com este Consórcio, conforme se denota através da Notificação Extrajudicial nº 02, dos autos.



Praça Aureliano Gondim, Centro, Andaraí/Bahia  
CNPJ n. 18.810.874/0001-70



### Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina - CIDCD - Chapada Forte

Em maio/2021, a Notificada foi oficiada através do Ofício nº 051/2021 para apresentar a prestação de contas, sendo, naquela oportunidade, esquivou-se de apresentar as contas, respondido o seguinte:

Nosso entendimento sobre a metodologia de execução do Programa Cisterna, é que a prestação de contas é apenas física e não envolve o detalhamento de despesas financeiras conforme solicitado no ofício 051/2021, parágrafos 6 e 7. Dessa forma, solicitamos mais esclarecimentos sobre a necessidade de tais informações, visto que por se tratar de uma relação contratual para a implementação de um tecnologia com metodologia e valor padronizados, cabe à entidade realizar a entrega conforme a especificação dada pela Instrução Operacional SESAN N°02 de 08 de agosto de 2017, de forma que a estratégia de execução cabe também apenas à entidade. Com isso, a prestação de contas é apenas física, cuja comprovação se dá a partir do lançamento dos termos de recebimento das tecnologias no SIG Cisternas.

Destacamos que, ao final do contrato, será encaminhado relatório de cumprimento do objeto acompanhado de cópia de todas as listas de presença dos eventos, listas de capacitações e atas das comissões municipais. Reiteramos ainda, que a cada pagamento efetuado pelo Consórcio à contratada, emitimos uma nota fiscal com valor referente a execução percentual do objeto do contrato.

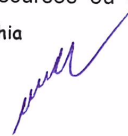
Vale ressaltar que a instrução operacional citada anteriormente é regulamentada pela Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, Decreto nº 8.038, de 04 de julho de 2013 e Portaria nº 130, de 14 de novembro de 2013. Falo que garante legalidade quanto a forma de execução do contrato.

Em 15 de março de 2023, esta notificada solicitou aditivo de prazo, contudo, o Consórcio, novamente, notificou a contratada para que cumprisse com o contrato em sua integralidade.

Novamente, em 07 de junho de 2023, o Consórcio notificou a empresa para que cumprisse a totalidade do contrato, diante da necessidade deste consórcio prestar contas junto ao Ministério. Em resposta, a empresa notificada justificou o atraso nas seguintes justificativas:

O principal motivo para o atraso no andamento do contrato foi fato da empresa fornecedora de materiais não cumprir com o prazo de entrega de materiais, sendo os mesmos serem pagos antecipadamente. Desde fevereiro de 2023, quando foi feito a compra dos materiais e repasse de recursos, estamos dialogando com a mesma para a devolução dos recursos ou a entrega dos

Praça Aureliano Gondim, Centro, Andaraí/Bahia  
CNPJ n. 18.810.874/0001-70





### Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina - CIDCD - Chapada Forte

materiais. Apesar da demora já conseguimos solucionar em parte o problema, com a chegada de uma parte do material, e estamos reorganizando toda logística para retorno das atividades com brevidade.

Outro fator que contribuiu com atraso no cronograma foi a falta de mão de obra local para construção de cisternas. Poucos profissionais na região estão se disponibilizando para assumir obras. Além disso, estamos tendo que partilhar desses profissionais com outra entidade que está construindo cisterna. Diante dessa escassez de cisterneiros tivemos que optar em trabalhar prioritariamente nos contratos mais antigos. Essa dificuldade aliada ao problema com o fornecedor de materiais, que atrasou a entrega, culminou com tamanho atraso nas execuções.

Por conta do descumprimento da Notificada com relação ao objeto do contrato, este Consórcio foi notificado pelo Ministério da Cidadania, que pontuou, além do atraso no cumprimento integral do objeto, irregularidade abaixo:

- Placa de identificação: 27 placas de identificação que encontravam-se apagadas.
- Bombas manuais: 02 tecnologias apresentaram problemas com a bomba manual.
- Filtro de barro: 06 tecnologias apresentaram problemas com o filtro de barro.
- Abastecimento inicial de água: Nenhuma das 95 cisternas havia recebido o abastecimento inicial de água previsto na Instrução Normativa nº 02/2021, tendo as famílias abastecido a cisterna pela primeira vez por conta própria (caminhão pipa, do rio, do poço ou da chuva).
- Tecnologias construídas próximos de árvores.
- Cisternas com problemas estruturais que apresentaram rachaduras.
- Dispositivo de descarte automático para proteção da qualidade da água: Verificou-se que todas as famílias entrevistadas receberam o dispositivo de descarte, mas 55% relataram que este não funcionava. Entretanto, no decorrer da visita e diálogo com as famílias beneficiárias, percebeu-se que o “não funcionamento” estava associado à retirada do item pela própria família. Quando

Praça Aureliano Gondim, Centro, Andaraí/Bahia  
CNPJ n. 18.810.874/0001-70



### Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina - CIDCD - Chapada Forte

questionadas, as famílias relataram: a) que depois que este encheu, não permitiu a passagem de água para a cisterna; b) que não estava conectado corretamente; c) que retiraram para que não ressecasse ao sol; d) que utilizam para armazenar água para usos diversos. Tendo em vista o observado nas visitas, é possível que a instalação do dispositivo não esteja sendo feita de maneira adequada ou que as famílias não estejam sendo suficientemente capacitadas para usá-lo.

Este Consórcio, novamente, notificou esta empresa para que cumprisse o quanto determinado pelo Ministério, contudo, esta empresa deixou de cumprir em sua totalidade, permanecendo muitas cisternas reprovadas, em um total de 229, consoante se depreende da documentação acostada aos autos (fls. 125 a 136), motivo ao qual gerou a instauração deste processo administrativo.

Apontou-se, assim, que esta Entidade descumpriu os nos itens “a”, “f”, “k”, “h” e “l” do inciso II, da Cláusula Nona do Contrato Administrativo nº 010/2019, bem como das Instruções Normativas do Governo Federal, especificamente, da INSTRUÇÃO OPERACIONAL SESAN Nº 02, DE 8 DE AGOSTO DE 2017 e da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2/SEDS/SEISP/COAP/MC, DE 24 DE MARÇO DE 2021.

Ademais já foi paga a quantia de R\$3.629.470,22 (três milhões seiscentos e vinte e nove mil quatrocentos e setenta reais e vinte e dois centavos) para a confecção de 1.016 (um mil e dezesseis) cisternas, com o seguinte desembolso: em 27/03/2019 R\$ 800.000,00 (oitocentos mil); 24/01/2020 R\$ 808.420,06 (oitocentos e oito mil quatrocentos e vinte reais e seis centavos); 02/10/2020 R\$1.010.525,08 (um milhão e dez mil quinhentos e vinte e seis reais e oito centavos); 04/02/2022 R\$ 600.000,00 (seiscentos mil); 03/06/2022 R\$ 410.525,08 (quatrocentos e dez mil quinhentos e vinte e cinco e oito centavos).

Entretanto, foram confeccionadas apenas 847 (oitocentos e quarenta e sete) cisternas, faltando, pois, construir 169 (cento e sessenta e nove) o que corresponde ao valor de R\$ 605.036,50 (seiscentos e cinco mil trinta e seis reais e cinquenta centavos), valor este que se encontra na mão da contratada, que deve ser restituído ao contratante com todos os acréscimos legais.

Praça Aureliano Gondim, Centro, Andaraí/Bahia  
CNPJ n. 18.810.874/0001-70





## Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina - CIDCD - Chapada Forte

Mesmo após 08 (oito) aditivos de prorrogação de prazo a contratada não logrou com sua obrigação de confeccionar o número de cisternas contratadas, razão por que não resta outra alternativa ao contratante a não ser a rescisão contratual.

### 1.3- Defesa Prévia apresentada

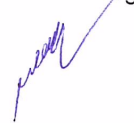
A empresa, devidamente, notificada apresentou sua defesa tempestivamente, alegando, em síntese, que:

- a) Promoveu a defesa com relação aos três contratos, nº 010/2019, nº 015/2020 e nº 035/2022;
- b) os "*documentos que ensejaram a instauração do processo não são suficientes para justificar as infrações previstas na Lei 8.666/1993, a qual estão vinculados os Contratos em execução*";
- c) que o Consórcio "*desconsiderou todos os relatórios de cumprimento das obrigações apresentados pela NOTIFICADA ao longo da execução dos Contratos*", sob o argumento que todas as falhas foram corrigidas;
- d) que as falhas ocorreram devido à: difícil acesso das comunidades onde foram implantadas as tecnologias; a má utilização das cisternas, o que causou necessidade de reexecução de algumas tecnologias; quase 01 ano de paralisação do contrato em que se aguardou a decisão do Mandado de Segurança; a Pandemia do COVID-19 e chuvas intensas;
- e) que houve aumento significativo nos valores dos insumos após o COVID, que elevou os preços do serviço causando desequilíbrio econômico financeiro;

Das alegações acima, denota-se claramente que a Contratada não nega o cometimento das irregularidades que motivaram a instauração do presente processo, ao contrário, a empresa confirma e justifica o motivo, segundo ela, que levou ao descumprimento contratual. E com base nestes argumentos de atraso justificado, argumentou que não é possível a aplicação das sanções administrativas.

Não juntou documentos, apenas a procuração dando poderes às advogadas.

Praça Aureliano Gondim, Centro, Andaraí/Bahia  
CNPJ n. 18.810.874/0001-70





### Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina - CIDCD - Chapada Forte

Não requereu a produção de mais provas. Motivo ao qual deve ser encerrada a instrução processual.

## 2- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

### 2.1 – Da aplicação da Lei 8.666/93

Primeiramente, observa-se que o art. 190 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 190. O contrato cujo instrumento tenha sido assinado antes da entrada em vigor desta Lei continuará a ser regido de acordo com as regras previstas na legislação revogada.

O artigo é claro ao regram que o contrato assinado antes da entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021 continuará a ser regido de acordo com as regras previstas na legislação revogada; ou seja, continuará a ser regido pela Lei nº 8.666/93 e demais regras aplicadas a ela.

No presente caso, o contrato nº 010/2019 foi firmado, ainda, sob a égide da Lei 8.666/93, portanto, a fiscalização deste, bem como a rescisão deverá ser regida pelas normas da antiga lei.

### 2.2 – Da tipificação da conduta

Para existir infração administrativa é preciso que o comportamento (ou o resultado do comportamento) esmiuçado normativamente se concretize mediante violação substancial do tipo objetivo. Isto é, que a conduta (ou o seu resultado) se realize concretamente no tipo normativo-administrativo.

No presente caso, apontou-se, inicialmente, que a empresa notificada descumpriu os seguintes termos contratuais, a saber: os itens “a”, “f”, “k”, “h” e “l” do inciso II, da Cláusula Nona do Contrato Administrativo nº 010/2019, bem como das Instruções Normativas do Governo Federal, especificamente, da INSTRUÇÃO OPERACIONAL SESAN Nº 02, DE 8 DE AGOSTO DE 2017 e da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2/SEDS/SEISP/COAP/MC, DE 24 DE MARÇO DE 2021.

Praça Aureliano Gondim, Centro, Andaraí/Bahia  
CNPJ n. 18.810.874/0001-70



### Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina - CIDCD - Chapada Forte

- O item “a”, do inciso II, da Clausula 9ª, do contrato, prevê que competia à empresa contratada a previsão e disponibilização “*dos recursos físicos, humanos e materiais necessários para garantir a execução dos serviços*”, o que foi descumprido pela empresa, já que deixou de encher inúmeras cisternas pela primeira vez, conforme ordena a instrução normativa do Governo Federal, deixando as expensas dos beneficiários, fato este extremamente grave, ainda, mais por se tratar de pessoas pobres na forma da lei; outrossim, deixou, ainda de entregar a placa de identificação das cisternas a contento;
- O item “f”, do inciso II, da Clausula 9ª, do contrato, dispõe sobre a obrigação desta empresa em “*manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fato relativos à execução deste Contrato, para fins de monitoramento, fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos*”, contudo, conforme demonstrado nas notificações dos autos, a empresa deixou de apresentar os relatórios contábeis e os fatos relativos à execução do contrato;

No caso, especificamente, com relação ao descumprimento imputado alhures, a empresa agiu com a intenção de infringir a normativa contratual, já que deixou de entregar as cisternas conforme instrução contratual e editalícia, até porque este Consórcio notificou a empresa em comento para providenciar corrigir as irregularidade, todavia, esta empresa corrigiu apenas parte, deixando de ressarcir os beneficiários dos gastos que estes tiveram com o enchimento das cisternas na primeira vez.

Então, dúvidas não restam que com relação a esta irregularidade, houve clara vontade desta empresa em descumprir com a obrigação, não se tratando de caso fortuito ou força maior, até porque os prazos para o cumprimento do contrato foram extrapolados já faz muitos meses.

Portanto, clarividente está que a empresa cometeu infração contratual, deixando de executar o contrato de forma parcial, retardando a entrega total do objeto do contrato, devendo, assim, ser compelida nas sanções administrativas e contratuais previstas.

#### 2.3 – Da sanção aplicável

Praça Aureliano Gondim, Centro, Andaraí/Bahia  
CNPJ n. 18.810.874/0001-70





## Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina - CIDCD - Chapada Forte

Muito embora a Contratada tenha tentado eximir-se de responsabilidade, entende-se estar comprovada nos autos do presente processo a ocorrência de infração a dispositivos contratuais, bem como sua responsabilidade perante a falta aqui apurada.

Conforme se denota do Parágrafo Primeiro, da Cláusula Décima do presente contrato, acaso a empresa cometesse algumas das infrações delineadas no contrato estaria sujeita às sanções de: a) advertência; b) multa; c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos; d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; e) registro no Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), bem como perdas e danos, e a perda da caução dada em garantia.

Desta forma, com base no quanto exposto e nos documentos que instrumentalizam este processo, é que este consórcio aplica como penalidade e declara rescindido o presente Contrato, de nº 010/2019, bem como aplica-se as seguintes sanções:

- a) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- b) registro no Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- c) Aplica-se, também, a penalidade de perdas e danos, devendo o setor competente apurar os valores de enchimento de cada cisterna reprovada;
- d) Perda da caução, ficando o Município autorizado a sacar em seu favor o valor total depositado a título de caução para pagamento do valor aferido a perdas e danos.

Além das sanções previstas acima deve a contratada restituir o valor de R\$ 605.036,50 (seiscentos e cinco mil trinta e seis reais e cinquenta centavos), valor que se encontra em seus cofres desde as datas de desembolso acima anotadas, sem a correspondente confecção das cisternas conforme já esclarecido acima.

Praça Aureliano Gondim, Centro, Andaraí/Bahia  
CNPJ n. 18.810.874/0001-70





Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do  
Diamante da Chapada Diamantina - CIDCD - Chapada Forte

### 3- DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO CIRCUITO DO DIAMANTE DA CHAPADA DIAMANTINA – CIDCD, CONSÓRCIO CHAPADA FORTE, através de seu Presidente, decide aplicar à FILHOS DO MUNDO - FEME, Organização Social sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 03.218.098/0001-46, as seguintes sanções:

- a) A rescisão do Contrato de nº 10/2019, devido ao descumprimento parcial do objeto, nos termos da Clausula 11ª do contrato, especificamente, nos itens “b”, “c”, “d”, “e” e “f”;
- b) A suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, com fulcro na Clausula 10ª, “c”, do contrato e, também, no art. 87, III, da Lei 8.666/93;
- c) A penalidade de perdas e danos, devendo a Notificada ser compelida a efetuar o ressarcimento a este Consórcio do valor correspondente a enchida de cada cisterna reprovada, que a referida empresa deixou de encher, devendo a Secretaria Executiva aferir o presente valor;
- d) A perda do valor dado em garantia, a título de caução, o qual deverá ser compensado no valor do ressarcimento que deverá ser aferido conforme item anterior.;
- e) Além das sanções previstas acima deve a contratada restituir o valor de R\$ 605.036,50 (seiscentos e cinco mil trinta e seis reais e cinquenta centavos), valor que se encontra em seus cofres desde as datas de desembolso acima anotadas, sem a correspondente confecção das cisternas conforme já esclarecido acima, valor este que deve ser acrescido de juros, correção monetária, multa e demais consectários previstos no contrato e na legislação.
- f) Que seja comunicado ao Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, esta decisão para as providências que se fizerem necessárias quanto à contratada.

Praça Aureliano Gondim, Centro, Andaraí/Bahia  
CNPJ n. 18.810.874/0001-70

Edição eletrônica disponível no site [www.chapadaforte.transparenciaoficialba.com.br](http://www.chapadaforte.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do  
Diamante da Chapada Diamantina - CIDCD - Chapada Forte

Após publicação, notificar a empresa, bem como suas advogadas, com cópia do inteiro teor desta decisão, para que, em um prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da intimação, querendo, apresente Recurso.

Publique-se.

Andaraí, 02 de abril de 2024.



WILSON PAES CARDOSO  
Presidente

Praça Aureliano Gondim, Centro, Andaraí/Bahia  
CNPJ n. 18.810.874/0001-70



### Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina - CIDCD - Chapada Forte

#### DECRETO Nº 013/2024 DE 02 DE ABRIL DE 2024

DISPÕE SOBRE DECISÃO NO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº  
01/2024 DO CONTRATO  
ADMINISTRATIVO 010/2019 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

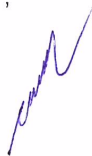
O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO CIRCUITO DO DIAMANTE DA CHAPADA DIAMANTINA – CIDCD – CHAPADA FORTE, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no Estatuto do Consórcio, e, ainda,

- **CONSIDERANDO** que o processo administrativo instaurado, por meio do Decreto de nº 10/2023 não individualizou cada contrato administrativo firmado entre este Consórcio e a FEME- Associação Filhos do Mundo;
- **CONSIDERANDO** que a defesa prévia apresentada pela FEME- Associação Filhos do Mundo tempestivamente, sendo respeitados, assim, os princípios do devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa são direitos fundamentais assegurados no art. 5º, da Constituição Federal;
- **CONSIDERANDO** que a empresa não juntou qualquer documento que corroborasse os seus argumentos, dando fim à fase instrutória do processo epigrafado;
- **CONSIDERANDO** que restou configurada a tipicidade da infração contratual e administrativa, devido a inexecução parcial do contrato, sendo identificado, inclusive dano ao erário;

#### RESOLVE

Art. 1º. Aplicar à FILHOS DO MUNDO - FEME, Organização Social sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 03.218.098/0001-46, as seguintes sanções:

- I - A rescisão do Contrato de nº 10/2019, devido ao descumprimento parcial do objeto, nos termos da Clausula 11ª do contrato, especificamente, nos itens “b”, “c”, “d”, “e” e “f”;



Praça Aureliano Gondim, Centro, Andaraí/Bahia  
CNPJ n. 18.810.874/0001-70



## Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina - CIDCD - Chapada Forte

II - A suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, com fulcro na Clausula 10ª, "c", do contrato e, também, no art. 87, III, da Lei 8.666/93;

III - A penalidade de perdas e danos, devendo a Notificada ser compelida a efetuar o ressarcimento a este Consórcio do valor correspondente ao abastecimento de cada cisterna que a referida empresa deixou de abastecer, que importa na quantia de R\$101.640,00 (cento e um mil seiscentos e quarenta reais), com os acréscimos legais;

IV - A perda do valor dado em garantia, a título de caução, o qual deverá ser compensado no valor do ressarcimento que deverá ser aferido conforme item anterior.;

V - Além das sanções previstas acima deve a contratada restituir o valor de R\$ 605.036,50 (seiscentos e cinco mil trinta e seis reais e cinquenta centavos), valor que se encontra em seus cofres desde as datas de desembolso anotadas na decisão, sem a correspondente confecção das cisternas conforme já esclarecido acima, valor este que deve ser acrescido de juros, correção monetária, multa e demais consectários previstos no contrato e na legislação.


**Art. 2º.** Deverá a Secretaria Executiva providenciar a notificação da Entidade FEME- Associação Filhos do Mundo, para que num prazo de 05 (cinco) dias úteis, querendo, apresente Recurso, a partir do recebimento da Notificação.

**§1º.** A Notificação deverá ser encaminhada através dos Correios com Aviso de Recebimento - AR, e-mail cadastrado da FEME e de sua advogada que subscreve a defesa, entrega em mãos na sede da empresa, e publicação no Diário Oficial.

**§2º.** Anexado à Notificação deverá ser encaminhada cópia integral da Decisão e deste Decreto.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Andaraí - Bahia, 02 de abril de 2024.

  
**WILSON PAES CARDOSO**  
Presidente

Praça Aureliano Gondim, Centro, Andaraí/Bahia  
CNPJ n. 18.810.874/0001-70



Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do  
Diamante da Chapada Diamantina - CIDCD - Chapada Forte

### TERMO DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO, INFRAÇÃO CONTRATUAL, Nº 01/2024  
Contrato administrativo: Contrato nº 010/2019  
Objeto: Confeção de Cisternas, programa vinculado ao convênio com a União Federal de nº 01/2014  
Empresa Contratada: FEME- Associação Filhos do Mundo  
Fiscalização: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Circuito do Diamante da Chapada Diamantina

Assunto: Notificação sobre decisão

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO CIRCUITO DO DIAMANTE DA CHAPADA DIAMANTINA – CIDCD, CONSÓRCIO CHAPADA FORTE, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 18.810.874/0001-70, situado à Praça Aureliano Gondim, s/nº, 1º andar, Centro, Andaraí, Bahia, CEP: 46.830-000, neste ato através do Presidente do Consórcio, na qualidade de **NOTIFICANTE**, vem através do presente, **NOTIFICAR** a empresa contratada no contrato em epígrafe, **ASSOCIAÇÃO FILHOS DO MUNDO - FEME**, Processo Administrativo de nº 01/2024, acerca da decisão que teve a conclusão abaixo, com a aplicação de penalidade, para, querendo, apresentar seu recurso.

Diante do exposto, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO CIRCUITO DO DIAMANTE DA CHAPADA DIAMANTINA – CIDCD, CONSÓRCIO CHAPADA FORTE, através de seu Presidente, decide aplicar à FILHOS DO MUNDO - FEME, Organização Social sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 03.218.098/0001-46, as seguintes sanções:

Praça Aureliano Gondim, S/Nº Centro, Andaraí/BA, Cep n. 46.830-000, Email:  
[chapadaforte1@gmail.com](mailto:chapadaforte1@gmail.com)  
CNPJ n. 18.810.874/0001-70



### Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina - CIDCD - Chapada Forte

- a) A rescisão do Contrato de nº 10/2019, devido ao descumprimento parcial do objeto, nos termos da Clausula 11ª do contrato, especificamente, nos itens “b”, “c”, “d”, “e” e “f”;
- b) A suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, com fulcro na Clausula 10ª, “c”, do contrato e, também, no art. 87, III, da Lei 8.666/93;
- c) A penalidade de perdas e danos, devendo a Notificada ser compelida a efetuar o ressarcimento a este Consórcio do valor correspondente ao abastecimento de cada cisterna que a referida empresa deixou de abastecer, que importa na quantia de R\$ 101.640,00 (cento e um mil seiscentos e quarenta reais), com os acréscimos legais;
- d) A perda do valor dado em garantia, a título de caução, o qual deverá ser compensado no valor do ressarcimento que deverá ser aferido conforme item anterior;
- e) Além das sanções previstas acima deve a contratada restituir o valor de R\$ 605.036,50 (seiscentos e cinco mil trinta e seis reais e cinquenta centavos), valor que se encontra em seus cofres desde as datas de desembolso anotadas na decisão sem a correspondente confecção das cisternas, conforme já esclarecido acima, valor este que deve ser acrescido de juros, correção monetária, juros e demais consectários previstos no contrato e na legislação.

Desta forma, fica esta Entidade **NOTIFICADA para que, no prazo improrrogável legal de 05 (cinco) dias úteis,** a partir do recebimento desta Notificação pague a quantia de R\$ 706.676,50 (setecentos e seis mil seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos) (R\$ 605.036,50 + R\$ 101.640,00), com os acréscimos legais, que deverão ser depositados no Banco do Brasil, Agência: 1100-2, Conta Corrente: 17.978-7, de titularidade de Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina.

Ou, querendo, no mesmo prazo, apresente o seu recurso.

Praça Aureliano Gondim, S/Nº Centro, Andaraí/BA, Cep n. 46.830-000, Email:  
[chapadaforte1@gmail.com](mailto:chapadaforte1@gmail.com)  
CNPJ n. 18.810.874/0001-70

Edição eletrônica disponível no site [www.chapadaforte.transparenciaoficialba.com.br](http://www.chapadaforte.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do  
Diamante da Chapada Diamantina - CIDCD - Chapada Forte

Decisão e decreto em anexo.

Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos e, na oportunidade,  
renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Andaraí, Bahia, 02 de abril de 2024



**WILSON PAES CARDOSO**  
Presidente

Praça Aureliano Gondim, S/Nº Centro, Andaraí/BA, Cep n. 46.830-000, Email:  
[chapadaforte1@gmail.com](mailto:chapadaforte1@gmail.com)  
CNPJ n. 18.810.874/0001-70